

O
SUCESSO
JAMAIS
SERÁ
PERDOADO

A AUTOBIOGRAFIA DO

BARÃO
DE MAUÁ



O SUCESSO, JAMAIS SERÁ PERDOADO

A AUTOBIOGRAFIA DO

BARÃO, DE MAUÁ

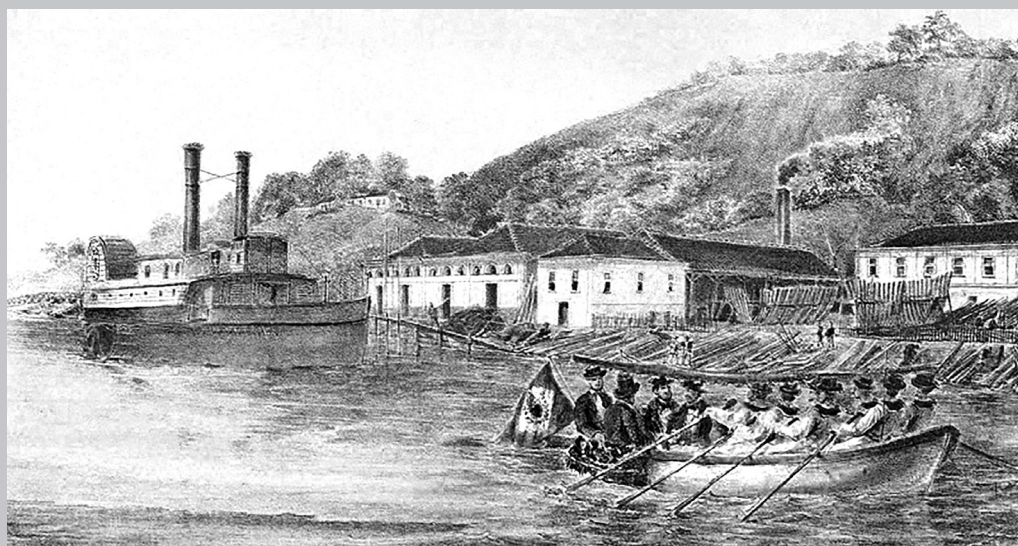


SUMÁRIO

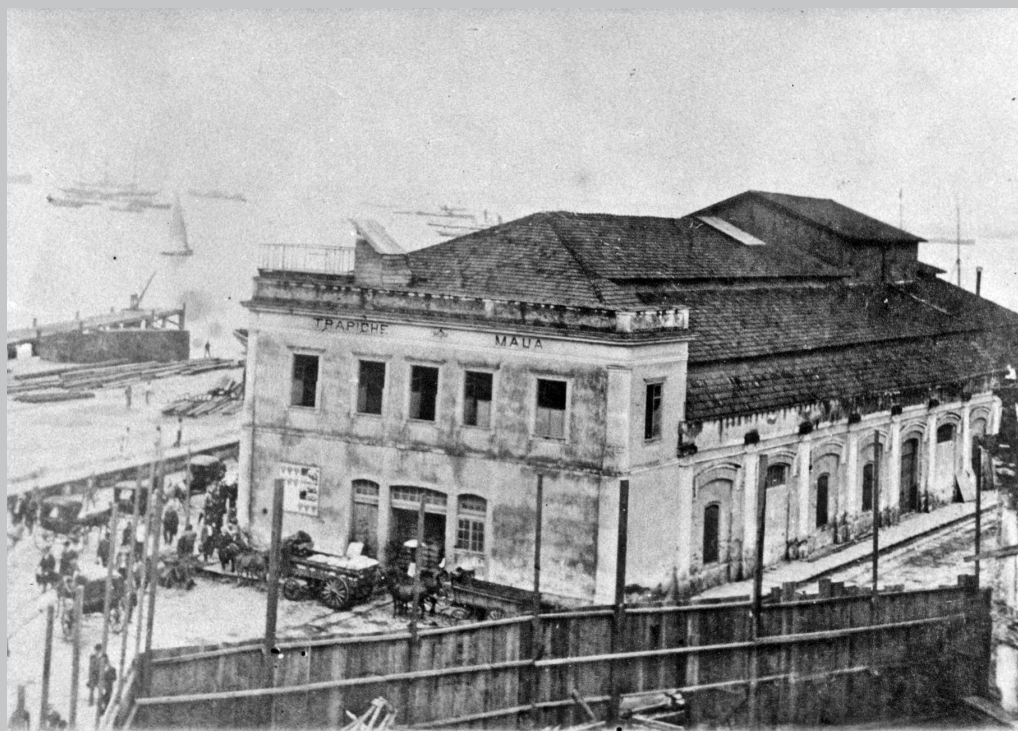
APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO — A TRAJETÓRIA DE UM PIONEIRO: EM TORNO DA VIDA DE MAUÁ ..	15
Nascimento	15
Antepassados	16
Órfão	17
A mestra única	17
<i>Intermezzo</i> sentimental	18
A separação	18
Estudante ou caixeiro?	19
A casa inglesa	20
O patrão humano	21
O comércio inglês	22
Adaptação	24
Primeira viagem à Europa	24
O “farroupilha” Irineu	25
O anel simbólico	28
Fim do comerciante	29
Ponto de descanso	32
Hora de transição	33
A ponta da areia	34
O serviço de iluminação	35
Temperamento extrapartidário	35
As estradas de ferro	39

A São Paulo Railway	43
A política do Prata	47
A navegação do Amazonas	49
O telégrafo submarino	52
Trabalhos menores	54
O banqueiro	55
Mauá emissorista	59
A falência	60
Paralelos	62
Conclusão	64
AUTOBIOGRAFIA DO VISCONDE DE MAUÁ	65
Exposição	67
Estabelecimento da Ponta da Areia	70
Companhia de rebocadores a vapor para o Rio Grande	72
Companhia Iluminação a Gás do Rio de Janeiro	73
Serviços prestados à política do Brasil no Rio da Prata	75
Companhia Fluminense de Transportes	76
Banco do Brasil (anterior ao atual)	77
Estrada de ferro de Petrópolis, vulgo Mauá	77
Navegação a vapor do Rio Amazonas	83
Estrada de ferro do Recife a São Francisco	88
Estrada de ferro da Bahia	91
Companhia Diques Flutuantes	91
Companhia de Curtumes	92
Companhia Luz Esteárica	92
Montes Áureos Brazilian Gold Mining Company	93
Estradas de ferro de Santos a Jundiá	94
Estrada de ferro Dom Pedro II	101
Caminho de ferro da Tijuca	103
Botanical Gardens Rail Road Company	105
Estrada de ferro Paraná a Mato Grosso	107
Cabo submarino	116
Abastecimento de água à capital do Império	118
Estrada de ferro do Rio Verde	119
Serviços prestados à agricultura	121
Banco Mauá & C.	129

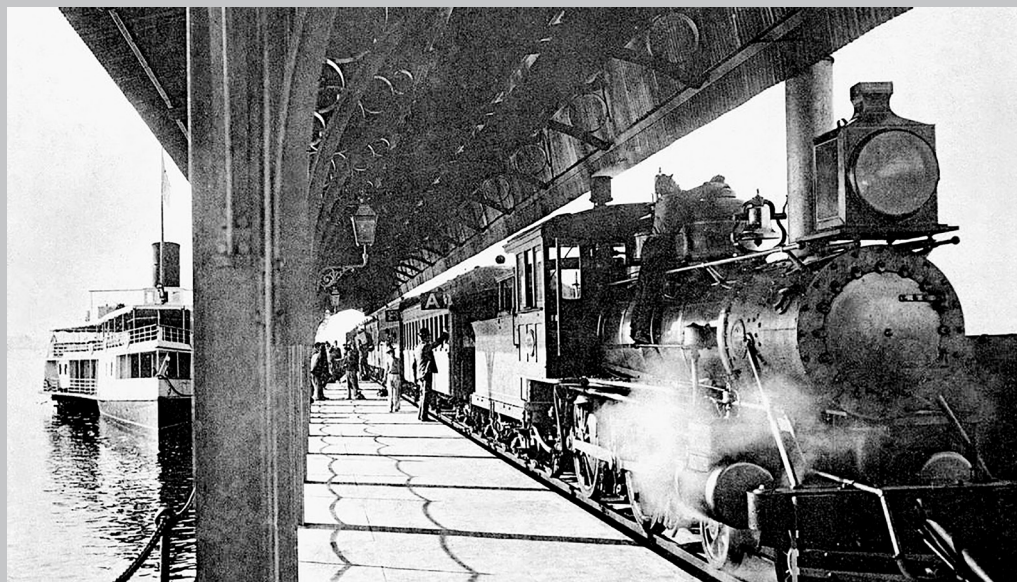
TABELAS	171
O MEIO CIRCULANTE DO BRASIL PELO VISCONDE DE MAUÁ.....	175
ÁRVORE GENEALÓGICA	197
Ascendência e descendência de Irineu Evangelista de Souza – Barão e Visconde de Mauá com grandeza	197
 FONTES CONSULTADAS	 205
A – Escritos de Mauá.....	205
B – Biografias e estudos sobre Mauá	207
C – Trabalhos e publicações em torno de Mauá	210
D – Outros estudos e documentos.....	211
E – Livros e publicações estrangeiras	216
F – Outras fontes para pesquisas	217
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	219
NOTAS.....	223



Barão de Mauá inspecionando o Estaleiro Ponta da Areia em Niterói, 1857.
Litografia aquarelada de Pieter Godfred Bertichen.



Trapiche Mauá, Rio de Janeiro, ficava na atual Praça Mauá.
Servia desde 1854 para embarque dos passageiros e cargas.

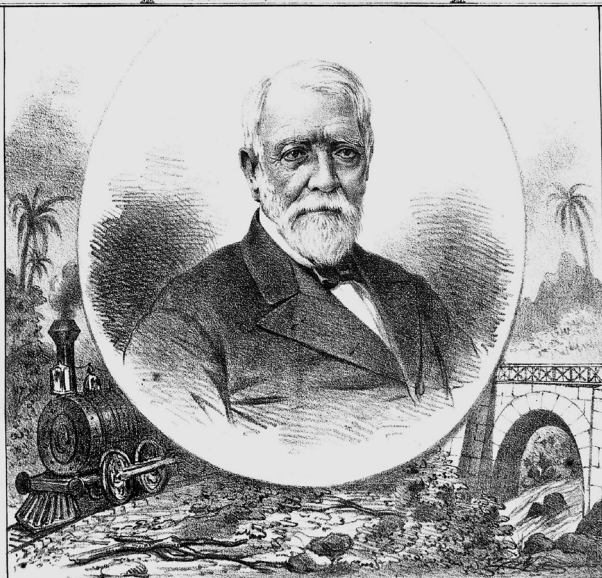


A estação Guia de Pacobaíba, antiga Estação Mauá, foi a primeira estação de trens do Brasil, inaugurada em 30 de abril de 1854, como estação inicial da Estrada de Ferro Mauá.

ANNO 14. RIO DE JANEIRO 1889. Nº 568

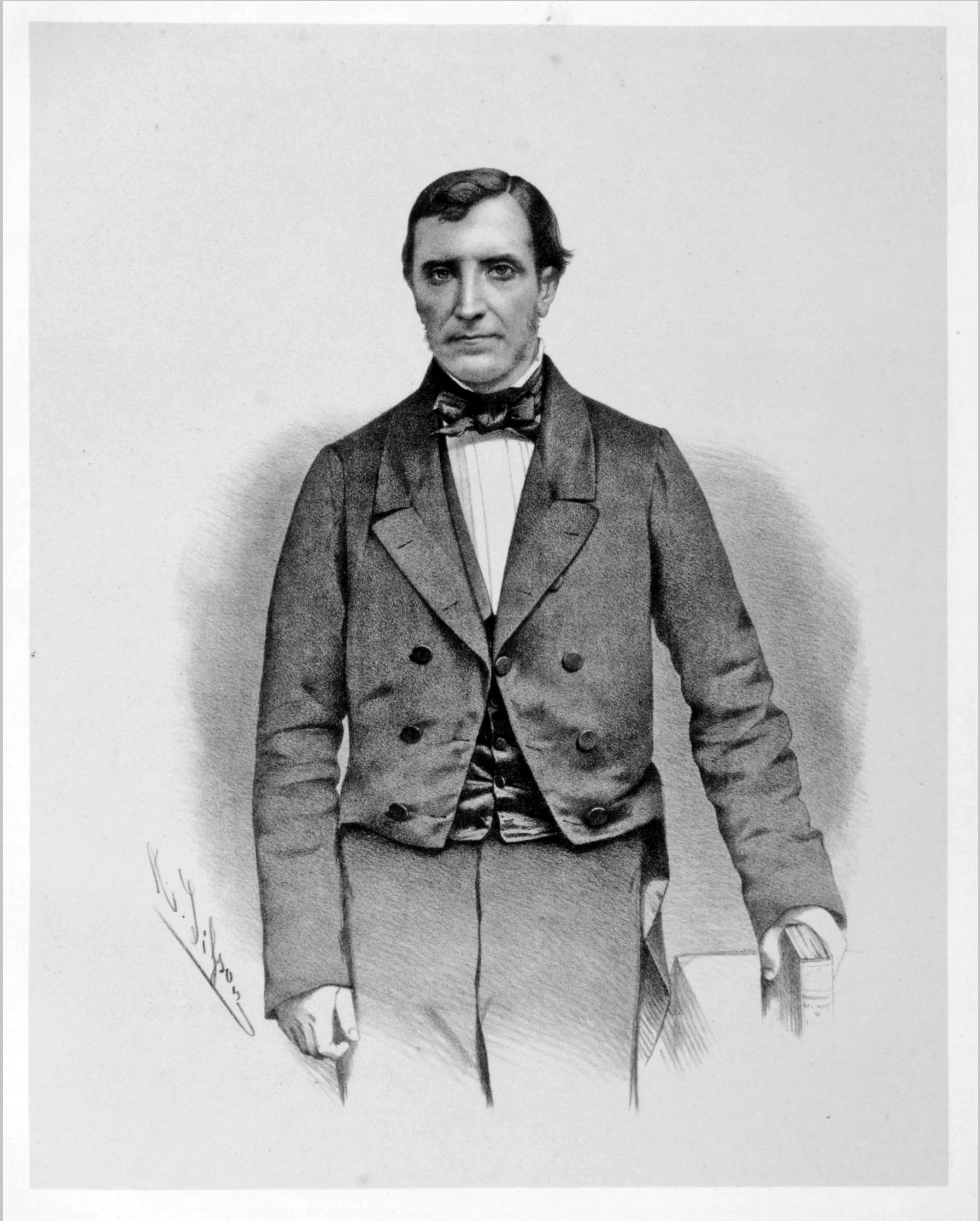
REVISTA ILLUSTRADA

CORTE	PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.	PROVINCIAS
ANNO 16 3000	A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas	ANNO 20 5000
SEMESTRE 8 5000	A RUA DE GONÇALVES DIAS, Nº 50, SOBRADO	SEMESTRE 11 8000
TRIMESTRE 5 0000		AVULSO 1 5000



O benemerito brasileiro — Visconde de Mauá, fallecido a 21 de Outubro.

A morte do Visconde de Mauá na capa da *Revista Illustrada*.
Litogravura, 2 de novembro de 1889.



Barão de Mauá. Litografia em preto e branco, 1861. Sebastien Auguste Sisson.

APRESENTAÇÃO

Como pode um país tão amplo em dimensões quanto em recursos naturais, que em meados do século XIX prometia tornar-se um dos mais ricos do mundo, ter se transformado no país de um eterno futuro que não se torna presente jamais? Há, na história das nações tanto quanto na história dos indivíduos, certos períodos decisivos que, no lusco-fusco entre o nascimento ou o aborto, o voo de águia ou o voo de galinha, o sucesso ou o fracasso, definem-lhes o destino. Na história do Brasil, um desses períodos coincidiu com a vida e a atividade de Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o Visconde de Mauá, o qual, na sua ascensão e queda, simboliza tudo aquilo que o país poderia ter sido e que não foi. É isso o que fica claro na *Autobiografia* que o leitor tem em mãos, na qual, ao expor os motivos que o levaram a declarar falência depois de tornar-se um dos homens mais ricos do mundo, Mauá expõe também, inadvertidamente, os motivos que vêm desde então levando à nossa própria falência como país. Assim, este livro é um documento indispensável para qualquer brasileiro que deseje compreender por que o país em que vive é como é: a ascensão e queda de Mauá é a nossa ascensão e queda.

Nascido em 1813 de origens humildes, Irineu Evangelista de Souza começa a trabalhar aos nove anos de idade. Aos onze, torna-se caixeiro na loja de um comerciante português, trabalhando com zelo e aproveitando todo minuto livre e mesmo as horas de sono para estudar. Aos quinze anos, o jovem prodígio é promovido a guarda-livros (função equivalente à do atual contador). Quando a loja passa ao controle de um empresário inglês, o antigo dono confia-lhe Irineu como seu bem mais precioso. Mais do que funcionário, o jovem torna-se discípulo e amigo do homem de negócios inglês, com quem aprende não só as habilidades práticas necessárias para tornar-se um comerciante bem-sucedido, mas os princípios do

liberalismo econômico e da filosofia da livre-iniciativa. Aos 23 anos, Irineu se torna gerente da casa comercial e aos 24 anos passa a controlar a empresa como sócio. Com trinta anos de idade, ele já se tornara um empresário respeitado, dono de uma fortuna que lhe assegurava “a mais completa independência”:

Bastaram vinte anos de atividade sem repouso, além do preciso para recuperar a perda de forças que o lidar contínuo, acompanhado da necessária meditação, opera no organismo que suporta a pressão dessas lides, para assegurar-me uma renda superior a cinquenta contos anualmente, tirando o capital empregado nos títulos mais bem-garantidos que nosso país possui, ao liquidarem-se as transações de um forte comércio de importação e exportação de cujo movimento me constitui o centro, além do quinhão proporcional que a outros sócios tocara em partilhas.

Neste ponto, porém, ocorre pela primeira vez algo que se repetiria com frequência depois na vida e na atividade de Irineu: uma mudança repentina na legislação confunde toda a atividade econômica do país, transforma lucro em prejuízo e obriga-o a rever suas iniciativas. Em 1844, entra em vigor a Lei Alves Branco, que eleva os impostos sobre produtos estrangeiros, inviabilizando o negócio das casas importadoras como a de Irineu. Liquidada a empresa, tudo convidava-o a desfrutar tranquilamente de sua grande fortuna pelo resto da vida. No entanto,

Travou-se em meu espírito, nesse momento, uma luta vivaz entre o EGOÍSMO, que em maior ou menor dose habita o coração humano, e as ideias generosas que em grau elevado me arrastavam a outros destinos, sendo a ideia de vir a possuir uma GRANDE fortuna questão secundária em meu espírito, posso dizê-lo afoitamente, com a mão na consciência e os olhos em Deus.

Imbuído do ideal de industrializar e modernizar o país de acordo com o modelo de livre-iniciativa inglês que aprendera com seu mestre, de modo a levar o Brasil, “em um futuro não muito distante, à posição que lhe compete no congresso das nações, isto é, o primeiro lugar”, Irineu lança-se ao mundo das finanças e da grande indústria, “optando por uma nova vida de atividade sem exemplo em nossa terra e muito rara em outros países, onde outros elementos auxiliam os esforços da iniciativa individual vigorosa para alcançar altos propósitos, em bem dos interesses gerais”.

Nessa posição, o futuro barão e depois visconde de Mauá implantou a primeira fundição de ferro e estaleiro no país, construiu a primeira ferrovia brasileira, deu início à exploração do Rio Amazonas e afluentes, bem como do Guaíba e afluentes, forneceu navios para as intervenções platinas do Império, instalou a iluminação

pública a gás na cidade do Rio de Janeiro, instalou o cabo submarino telegráfico entre a América do Sul e a Europa, prestou auxílio financeiro ao Brasil e aos países vizinhos em diversas oportunidades – para citar apenas uma fração das suas iniciativas. Mauá foi o verdadeiro construtor do Brasil.

O sucesso foi tal que, em 1867, a fortuna de Mauá era maior que o orçamento anual do Império. O que, então, pode tê-lo obrigado a decretar falência e redigir a *Exposição aos credores*, que compõe o cerne de sua autobiografia pouco mais de dez anos depois? O mesmo que desde então impede no berço o florescimento de novos mauás e estrangula em flor aqueles que se atrevem a ir adiante: a instabilidade do ambiente político e econômico nacional, o excesso de intervenção estatal no mercado, a prontidão do Estado em alterar as leis existentes ou inventar leis novas para favorecer a certos grupos em detrimento de outros, a impossibilidade de executar qualquer iniciativa sem o apoio de um Estado que ou limita as forças produtivas ou as abandona, a perseguição generalizada que políticos e empresários parasitários promovem contra o empreendedorismo e o sucesso.

O Mauá que pôde sair do nada e tornar-se o homem mais rico do Brasil é símbolo do país que poderíamos ter sido; aquele que foi obrigado a decretar falência algumas décadas depois, do país que de fato nos tornamos. Para entender como e por que seguimos um caminho e não outro, e talvez também para encontrar um caminho alternativo, este livro é leitura obrigatória.

Eduardo Levy

PREFÁCIO

A TRAJETÓRIA DE UM PIONEIRO: EM TORNO DA VIDA DE MAUÁ

por *CLAUDIO GANNS*

Nada mais aventuroso que dizer, sobre temas conhecidos, coisas novas que mereçam ser guardadas, e mais perigoso ainda dizer coisas velhas, ao menos com aquela presunção de originalidade que justifique a atenção alheia.

Ao retrazar o perfil de quem foi o animador econômico do Império, depois de 1850, cuidando não ser de todo inútil, procurarei, no começo desta viagem histórica, evitar os caminhos já batidos por abnegados predecessores ou acentuar certos aspectos menos vistos da paisagem moral dessa grande existência.

De início, enveredarei pelas reminiscências de pessoas veneráveis, próximas, pelo sangue ou pela aliança, do Visconde de Mauá – dirigindo a seguir a excursão atenta e indagativa aos pontos em que, no período de antecipação da sua vida pública ou adiante, em sua plena atuação transformadora, a memória imortal do arrojado impulsionador e pioneiro ainda não se libertou de acusações mais recentes e injustas.

Passados mais de cinquenta anos de seu desaparecimento, ainda não lhe é dada a oportunidade de se desvincular da árdua batalha que foi a sua existência inteira. É o ruim e amargo tributo que a mesquinha natureza humana faz pagar a toda superioridade verdadeira, justamente por ter infringido as normas da craveira comum, conquistando o direito de ser grande...

NASCIMENTO

Quase na fronteira meridional do Brasil, nasceu Irineu Evangelista de Souza, em 28 de dezembro de 1813, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio Grande¹, no então distrito de Jaguarão, na Capitania d'el-Rey de São Pedro do Sul.

Se é possível aos acontecimentos históricos corresponder uma predestinação, o detalhe tem a sua importância viva, porque o grande homem que seria mais tarde o vínculo mais poderoso para a influência efetiva do Brasil no Prata teve os seus olhos abertos à luz daquele panorama familiar, e as primeiras sensações do seu cérebro portentoso nasceram do espetáculo amplo das vastas campinas gaúchas, a desdobrar-se ali na linha dos horizontes indefinidos, entre o Uruguai e o Brasil, incutindo-lhe por certo no espírito em formação as fortes impressões da vida de iniciativa e liberdade das quais frui, nos seus galpões modestos, a gente admirável e rude da nossa zona fronteira.

Esses campos gaúchos e uruguaios foram os que Irineu de Souza, ainda menino, veria, irmanados, fazendo parte da nossa Província Cisplatina (1821).

A continuidade do território semelhante de um e do outro lado do rio limítrofe, cada vez mais interpenetrado dos acontecimentos históricos, dourou a visão do adolescente, sem dúvida aí embebida dos belos sentimentos da confraternidade e vizinhança, que seriam, mais tarde, dos mais poderosos estímulos aos seus impulsos, no sentido de estender até lá, à terra uruguaia, as suas atividades benfazejas.

Seria esse o cenário futuro da sua atuação decisiva, em benefício do Uruguai, ali estabelecendo, através do seu banco, “a mais poderosa agência diplomática do Império”².

ANTEPASSADOS

Reminiscências de família, ainda não publicadas, assinalam-lhe, para sabor dos linhagistas, os avós maternos: José Baptista de Carvalho, que faleceu aos cem anos “de uma queda de cavalo”, no campo; e Dona Izabel de Carvalho, “senhora de origem holandesa, muito estimada pelas suas virtudes”³.

Desse casal vieram vários filhos: pelo menos dois homens, entre os quais se inclui o capitão de navio à vela, do mesmo nome do pai, que iria trazê-lo, por volta de 1823, a empregar-se logo no Rio, como caixeirinho. Ele varria um modesto armazém de velas e chá, do qual passados dois anos se transferiu para antiga loja portuguesa de fazendas da Corte.

A filha mais velha, nascida em 1790 e tantos, é Marianna de Jesus Baptista, que se casa, em 1810, com João Evangelista de Ávila e Souza – pequeno estancieiro de Jaguarão, nascido em Paranaguá, mas filho de Manoel Jeronymo de Souza⁴ e de Maria de Ávila, entroncando assim na estirpe gaúcha dos Ávila e Souza, de ascendentes portugueses dos Açores, que daria alguns nomes menores à Revolução dos Farrapos⁵.

De Marianna e João Evangelista é que são filhos: Guilhermina, nascida em 1811 (irmã e futura sogra de Mauá) e, com a diferença de dois anos, o próprio Irineu Evangelista de Souza.

ÓRFÃO

Quando Irineu contava cinco anos de idade, seu pai faleceu, assassinado na barraca de campanha, à noite, quando conduzia uma tropa para vencer. A avó materna provavelmente já havia morrido, e a família ficou quase sem recursos. Não se viam talvez estranhas a essa situação penosa as tropas portuguesas e brasileiras, com destino a Montevideú, sob o comando de Lecór, que aliciavam à sua passagem os homens válidos com a cavalhada útil, ou as de Curado que, próximas, igualmente se organizavam, com destino à fronteira de oeste, nas guerras contra Artigas.

A MESTRA ÚNICA

D. Marianna de Souza, senhora perspicaz e inteligente, ao notar que o filho, já nessa idade, herdava-lhe aumentados esses dons, começou desde cedo a ensinar-lhe as primeiras letras, de forma que ele aprendeu rápido, sob os seus desvelos, a ler e a contar. De par com essa instrução inicial procurou ainda, desde logo, firmar-lhe o caráter sobre preceitos da religião católica, que lhe ficaria no substrato moral. Ele não foi nunca praticante dos sacramentos nem assíduo às sacristias. O catolicismo exterior, tão explorado pelos fariseus, não lhe aprazia; nem enfeites de procissões decorativas, balandraus coloridos de irmandades maçônicas, como era de uso numa época mais de culto ostensivo que sincero⁶. A sua crença bíblica, misturada com a futura convivência inglesa, dar-lhe-ia certo “moralismo de negócios”, espécie de “puritanismo econômico” de larva genuinamente protestante, que lhe emprestaria ao temperamento feição particular. Era crente, sim, mas no entendimento das normas cristãs, sobretudo a caridade: de bolso, de palavras e de intenções, para com os fracos e os humildes. Quase nunca terminava a refeição, mesmo no fastígio de sua carreira, sem dizer, como em agradecimento, para os íntimos da sua mesa: *Foi o que Deus deu!* No meio dos grandes sofrimentos morais, por ocasião da falência, resignado, pronunciava, vezes várias, palavras autoconsoladoras: *Cristo sofreu mais!* Frequentemente, para profligar um erro moral ou chamar alguém à razão das eternas verdades, sem as quais a vida é vazia de sentido, advertia com: *a lei de Deus!* Em sua *Exposição dos credores* e em cartas íntimas há muitas invocações ao nome de Deus.

INTERMEZZO SENTIMENTAL

Nessas circunstâncias – rezam ainda lembranças indiscretas –, apareceu por volta de 1821 novo pretendente à mão de Dona Marianna de Souza, mas agora o candidato inteligente àquela viúva ainda moça impõe condições: não quer enteados.

E aí, com a necessidade remediada da viúva e também – por que não o dizer? – com os novos impulsos do seu coração, ocorre a urgência de desfazer-se rapidamente dos filhos. A menina, com idade apenas de doze anos, é por ela casada às pressas: para ter seu consentimento, os presentes de noivado foram ainda bonecas... O rapazinho, com seus nove anos, a pedido da mãe, é trazido por seu tio, dono de um navio a vela, para o Rio, a tentar a vida comercial.

A menina passa a chamar-se, pouco depois, Guilhermina de Souza e Lima, graças ao marido, José Machado de Lima, cuja única relevância seria ser aparentado com antepassados de Pinheiro Machado. A mãe, Dona Mariana de Jesus e Silva – cujo novo sobrenome, a não ser só por isso, não foi mais identificado...

A SEPARAÇÃO

Nas agruras da despedida, agravada pela orfandade de quatro anos, ao entendimento da criança, ainda alheia aos novos entusiasmos que enchem de todo o coração materno, perpassavam os presságios das responsabilidades futuras, quando, ainda comovido, entre lágrimas, dizia no último abraço, à mãe viúva e à irmã solteira, o seu voto decidido: haveria de estudar por si e ganhar dinheiro, para mais tarde sustentá-las ambas.

Hoje, podemos julgar com benignidade retrospectiva os ardores desses jovens temperamentos: de uma que sopitou os instintos maternos, do outro que não quis a alegria de ter filhos, mesmo emprestados, ao troco de uma felicidade ocasional, sem testemunhos constrangedores, embora machucando a ternura dos sentimentos filiais, ainda em botão!

Na casa de Mauá, muito mais tarde – bem depois de 1835, quando ele mandara buscar no sul mãe e sobrinha (a irmã e futura sogra viria mais tarde), aquela e esta castigadas pela viuvez de casamentos sem as esperadas alegrias –, estará ele reconciliado com a vida, adoçando muitas vezes, como juiz de paz carinhoso, as rabugices das duas velhinhas, em recíprocas recriminações⁷.

Então, por certo, o sangue no coração generoso esquecia o presságio feliz da sua boa estrela, que ainda o guiava. Não fosse aquela dolorosa e esquecida intriga de família, e o rumo do seu destino talvez se limitasse, sem glória, à vida da pequena

estância rio-grandense, a sua ação e inteligência confinadas ao modo de viver quase rude e modesto da campanha distante...

Provavelmente concorria, na indulgência, o pensamento de que também assim lhe teria fugido, sem dúvida, para outra volta do destino, a sua sobrinha Maria Joaquina. Esta, ainda menina, aos dez anos, era levada diariamente ao colégio pela sua mão paternal, a partir de 1835. No ano de 1841 (12 de abril), ela se torna a escolhida pelo seu afeto para esposa quase inseparável, até mesmo em longas e penosas viagens; a “mulher forte” pelo carinho, que lhe assiste sempre, nos bons como nos maus dias – no apogeu recebendo os títulos de baronesa e viscondessa de Mauá, e na desgraça desfazendo-se das joias, dos pequenos movéis, até das moringas de barro, para entregar aos credores. Ela lhe mitigava sempre as atribulações, como desvelada companheira – que ainda sobrevive ao marido e a alguns filhos, extinguindo-se como matrona antiga, em Petrópolis, em 1904.

ESTUDANTE OU CAIXEIRO?

Os dois anos apenas de colégio que, entre 1821 e 1823, deram, em São Paulo, a necessária instrução a Irineu (FERREIRA, 1898, p. 4; FARIA, 1926, p. 68) devem ser afastados, por falta de qualquer indicação plausível.

Naquele tempo, um capitão de barco a vela, que fazia viagens de longo curso até as Índias, não se demoraria vários dias em Santos para, subindo a Serra, levar a criança até a capital da província paulistana – ainda sem a estrada de ferro, feita depois à custa de Mauá. Nem a deixaria, igualmente, na Corte, com esse propósito, num luxo de zelos tão supérfluos para a época – julgados perfeitamente dispensáveis ainda hoje – aos que se destinavam ao comércio, visto como era o balcão a verdadeira escola técnica, prática e viva.

Em que pesem pruridos de grandeza nobilitante, mal compreendida, que só agora se manifestam, afora os rudimentos da instrução materna, Irineu foi aprendendo quase tudo mais que soube por si só: verdadeiro *self-made man*.

Numa sisudez precoce, numa vontade de vencer e ir para diante – como ele mesmo confidenciaria mais tarde à pessoa da sua intimidade, de quem recolhi esses primórdios humildes –, de começo engraxando até as botas dos caixeiros mais velhos para, com os poucos vinténs recebidos (exatamente 50\$ era o pequeno salário que enviava à mãe distante, no cumprimento do voto de despedida), adquirir, aos poucos, os livros que lia, à noite, na própria loja, à luz mortiça do azeite ou do lampião em frente a casa, nas horas economizadas das diversões e do sono, quando os demais folgavam ou dormiam.

Sequioso de saber e de angariar simpatias – falam outras reminiscências –, conseguiu que um dos fregueses menos incultos da velha casa portuguesa se interessasse por ele, dando-lhe já tarde, depois das portas cerradas, mais instrução e conhecimentos práticos: ensinando-lhe contabilidade, francês e outras matérias.

Ele guardava os livros na gaveta do balcão, sobre o qual habitualmente dormia poucas horas por noite e aproveitava para estudar, ainda aí, nos momentos em que não aparecia o chefe, muito boa pessoa, mas que, segundo os estilos do tempo e da profissão, não queria saber de letrados...

Irineu transferiu-se depois para a casa comercial do Senhor João Rodrigues Pereira de Almeida⁸, onde esteve cerca de quatro anos. Apenas completara treze anos de idade e já se tornara, pelo seu correto procedimento, o empregado de maior confiança do patrão, entregando-lhe este, sem hesitação, as chaves do estabelecimento.

Não foi porém o honrado comerciante feliz nos seus negócios: teve por volta de 1829⁹ de liquidá-los, desfazendo-se dos bens, inclusive da própria casa de moradia, para os credores.

Dentre estes estava, como principal, outro negociante, o inglês Ricardo Carruthers, que a esse extremo se opôs, dizendo: “Não, na Inglaterra o ‘home’ é sagrado!”.

A CASA INGLESA

Se há quem acredite nos “acazos” felizes, influenciando na vida dos grandes homens, aí é que se opera a segunda mutação do destino de Irineu, abrindo-lhe um palco maior, de incalculáveis consequências.

Grato ao gesto de desprendimento, Almeida foi buscar Irineu, apresentando-o: “Em retribuição ao seu relevante favor, entrego-lhe aqui uma joia”.

Já era julgamento, mas também vaticínio.

É à sombra da experiência e do método inglês de Carruthers que Mauá cresce e prospera. Essa nova escola – se a outra fora acanhada aula primária de iniciação mercantil – equivalia agora a perfeito curso de preparação secundária e superior. Não lhe faltam, abrindo a *Exposição aos credores*, as expressões reconhecidas, com que condecora a memória do velho inglês, quando entre angústias escreve:

Um dos melhores tipos da humanidade, representado em um negociante inglês, que se distinguia pela *inteira probidade*, da velha escola da *moralidade positiva*, depois de provas suficientes da minha parte em seu serviço, escolheu-me para sócio-gerente da sua casa, quando era ainda *imberbe*, pondo-me assim *tão cedo*, na carreira comercial em atitude de poder desenvolver os elementos que porventura se aninhavam no meu espírito (MAUÁ, 1878).

Era sócio da firma Carruthers & Cia. a partir de 1.º de janeiro de 1836. Irineu tinha então apenas 23 anos incompletos e menos de sete anos de casa. Lá aprendera e praticara diariamente a língua inglesa, que falava desde então exemplarmente; adquirira o maneiio das grandes transações mercantis e passara à frente de outros empregados ingleses do patrão, sem preterir a ninguém.

Tão notória já era a sua superioridade aos demais que, retirando-se o velho Carruthers, dentro em pouco, para a Inglaterra (em 1837), deixava-o na chefia de um importante comércio de importação e exportação.

O PATRÃO HUMANO

A psicologia desse velho patrão, a quem Mauá foi fiel a vida inteira, ainda mais depois de sócio e compadre, mantendo com ele correspondência que vai pelo menos até 1861¹⁰, merece ser reabilitada de acusações inteiramente gratuitas.

O Senhor Gustavo Barroso, por simples suposição, com o preconceito ideológico – diria repressivo – de encontrar em quase todo comerciante um judeu e de ver em quase todo judeu seguramente um criminoso, denuncia-o, com intenções evidentemente pejorativas, como “judeu-inglês” – o que não corresponde à sua atitude de compreensão e simpatia humanas em relação a Almeida e de absoluto desinteresse em relação a Mauá – e que este lhe retribuía, ao fim da vida decepcionada, saudosamente, chamando-o de “santo homem!”.

O autor da *História secreta* confunde-o ainda, lamentavelmente, com o próprio Irineu – por haver lido mal a Alberto de Faria neste passo – quando alude a uma suposta influência de Carruthers em 1846, junto de Paraná, Uruguai, Euzébio, Monte Alegre e Itaboraí – que era só de Irineu – para exclamar:

Era quem mandava! Por que artes? Por que segredo, sendo um comerciante e um estrangeiro, se tornara mandachuva político? Pelo dinheiro, já que se lhe não conhece talento ou outra qualquer virtude. Não há outra explicação, doa a quem doer (BARROSO, 1937, p. 263).

Ora, para os brasileiros, ao menos a virtude de ter ajudado a formação intelectual e mercantil de um grande patricio, ele a teve: foi quem lhe propiciou os meios que o habilitaram à escalada futura. Dói, sim, a ingratidão e a injustiça, tão distantes, que atingem a memória de um raro homem de negócios, que não teve egoísmos gananciosos e que, à época em que se situa a acusação, isto é, em 1846 (MAUÁ, 1878, p. 84) já não estava mais no Brasil havia quase dez anos.

Mais adiante, seguindo por essa espécie de faro das investigações, na pista errada de suas descobertas, insiste ainda em transmutar o humano e pacato Carruthers,

gozando na velhice calma a sua merecida aposentadoria, num rincão afastado da Escócia – num “socialista sansimoniano, viajado e de temperamento messiânico” (BARROSO, 1938, p. 263), classificação em que Alberto de Faria procura enquadrar apenas a Irineu Evangelista de Souza.

Se bem que muito mais inocente essa qualificação, Ricardo Carruthers nunca teve tendências, ao que nos conste, para apóstolo, e a grande e única obra que deixou foi a sua constante lição de experiência e hombridade, de que foi discípulo exemplar e agradecido o seu ex-caixeiro.

O COMÉRCIO INGLÊS

Esses negócios ingleses tinham ainda uma grande influência na vida econômica do Brasil, que lhes transferira, desde 1808, com a abertura dos portos, em detrimento da Metrópole, indiscutível preponderância e relevo.

O comércio exterior do país que, antes de 1808, era de 22 mil contos, já em 1812 passara a 80 mil (VIANA, 1922, p. 173).

O decreto de Dom João VI, de 19 de fevereiro de 1810, havia dado aos ingleses, pelo apoio que a grande nação marítima dispensava ao Reino Português, uma situação de preferência excepcional no Brasil, uma vez que tinham o privilégio dos direitos alfandegários sobre as manufaturas inglesas, aqui entradas, reduzidos apenas a 15% *ad valorem*, ao passo que as vindas de Portugal estavam sujeitas a uma taxa de 16%, e as provenientes de outros países pagavam 24% – praticamente, vale dizer, o nosso comércio era um privilégio da Inglaterra (MELLO, 1935, p. 307).

Esse tratado de 1810 afetou profundamente as relações mercantis entre o Brasil e Portugal – pois as transações comerciais com a antiga metrópole (importação e exportação) que se elevavam a 22.571 contos em 1806, caíram em 1812 a 6.451 contos (MELLO, 1935, p. 63).

Em 1818, depois de altos protestos dos comerciantes portugueses, é que as suas mercadorias foram colocadas no mesmo pé de igualdade das inglesas, isto é, sujeitas umas e outras aos direitos de 10% *ad valorem*, então fixados nessa taxa ínfima só para elas.

O tratado brasileiro-português de reconhecimento do Império, de 29 de agosto de 1825, assinado por Sir Charles Stuart e o Barão de Santo Amaro¹¹, estabelece, no seu artigo X, que “pagariam reciprocamente todas as mercadorias 15% de direitos de consumo, provisoriamente” (LIMA, [1901], p. 356). O tratado com a Inglaterra, firmado pelo mesmo plenipotenciário na mesma época, não fora aceito por Conning, entre outros motivos, talvez por não ter sido fixado o limite antigo de 10%, mas subido

igualmente para 15%. Vantagem idêntica foi feita logo após à França (tratado de 6 de junho de 1826).

Mas já em 1827, evoluindo rapidamente nas águas dessas concessões, alegando melhores serviços no reconhecimento do Império, dispõem-se os ingleses a aceitar novo acordo comercial, de 17 de agosto, que dava também (artigo XIX) às mercadorias inglesas direitos máximos, ainda de 15% *ad valorem*, fixando-se na Inglaterra e suas colônias para as mercadorias brasileiras, ali entradas, a cláusula da nação mais favorecida (art. XXI) (LIMA, [1901], p. 276). As demais nações ficaram ainda na base dos 24%. O tratado duraria quinze anos, mas foi prorrogado de fato até 1844.

Essa taxa de 15% foi, entretanto, tornada uniformemente extensiva em 1828, sem distinção de proveniência, a todas as mercadorias de origem estrangeira.

Era, pois, já um obstáculo de quase vinte anos, que a Inglaterra, estabelecendo as suas bases, as suas ligações e os seus créditos, na luta comercial, levava aqui contra as demais nações concorrentes.

Acresce ainda que, para lhe solidificar o prestígio financeiro nas rodas do governo, desde 1824 (20 de agosto) fora com ela contratado o nosso primeiro empréstimo externo de 3 milhões de libras, que se desdobra no segundo em 1825 (12 de janeiro) e no terceiro que se lhe segue, de 4 milhões de libras em 1829 (3 de julho) (CAVALCANTI, 1923, p. 10–11).

No tratado anglo-brasileiro de 1828 fora, além disso, restabelecido o juiz conservador britânico, de 1810, extinto em 1818, para julgar os pleitos com os negociantes ingleses, subtraídos assim dos tribunais nacionais. A não ser pela influência do governo inglês e da força desse comércio, não haveria outra razão plausível para se aceitar a volta dessa jurisdição excepcional, que é escandalosamente mantida também até 1844 (MONTEIRO, 1946, p. 436).

Quando Irineu Evangelista de Souza entrou, ainda rapazote, para a casa inglesa, estava, pois, em pleno desenvolvimento de sua execução um regime que vinha dar completa igualdade entre ingleses e brasileiros dentro do Império. Pela amplíssima liberdade das transações com que os favorecia nas suas atividades, esse regime foi para nós, sob outros aspectos, um enorme benefício – acentua Oliveira Lima ([1901], p. 278).

Esse “enorme benefício” seria por certo a resultante dos métodos arejados que a velha Albion imprimia às suas atividades, baseadas nos princípios do liberalismo econômico e do livre-cambismo, dando maior amplitude às especulações mercantis, favorecendo os rasgos de audácia e de iniciativa, que aqui se vinham opondo aos processos bem mais lentos, prudentes e seguros, mas rotineiros e asfíxiantes, dos nossos antepassados lusitanos.

ADAPTAÇÃO

Irineu Evangelista de Souza, passando da casa portuguesa para a inglesa, com a sua percepção rápida, a sua aptidão para observar e julgar, teria esquecido os defeitos de molde antigo de uma, para se adaptar imediatamente às qualidades da outra, mais em sintonia com o seu temperamento dinâmico e empreendedor.

As suas faculdades criadoras aí fazem o treinamento progressivo, nesse estágio de quinze anos da sua preparação para a vida pública. Tanto mais útil e fecunda essa atividade quando os seus passos, as suas iniciativas na Praça, correspondem, de ano para ano, a novos e mais dilatados benefícios, lucros certos que se vão juntando e capitalizando. O tino quase inato para os negócios revela-se, então, esplendidamente, na gerência desse rapaz gaúcho, a que homens mais velhos obedecem e que, aos 24 anos de idade, tendo passado como menino silencioso pelas lutas da Independência e da Abdicação, numa lenta antecipação, tem agora, sobre os ombros ousados, a responsabilidade da chefia de importante casa inglesa do Rio, em plena Regência de Feijó.

Tão notável gestão leva quase dez anos; vai até 1846. As circunstâncias expostas, em harmonia com a sua capacidade de iniciativa e de criação, fazem Irineu escrever, mais tarde, comentando esse período privado da sua vida:

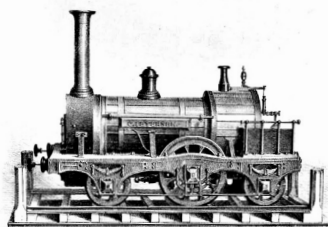
Bastaram vinte anos de atividade sem repouso – além do preciso para recuperar a perda de forças que o lidar contínuo, acompanhado da necessária meditação, opera no organismo que suporta a pressão dessas lides – para assegurar-me uma renda superior a cinquenta contos anualmente, fora o capital empregado em títulos mais bem garantidos que nosso país possui, ao liquidarem-se as transações de um forte comércio de importação e exportação, de cujo movimento me fiz o centro, além do quinhão proporcional que a outros sócios tocara em partilhas (MAUÁ, 1878, p. 1).

PRIMEIRA VIAGEM À EUROPA

O descanso a que alude é a viagem à Inglaterra em 1840. Mauá tinha então 27 anos de idade. A sua fortuna, para a época da liquidação que se lhe ia seguir (1846), dada a renda a que acima se refere, é avaliada no máximo – a juros de 5%, que são os dos dois empréstimos ingleses mais recentes para o Brasil (1839 e 1843) – em mil contos, em moeda da época. Deve assim haver muito exagero em outra estimativa de 300 mil libras esterlinas (FARIA, 1926, p. 298; REBELLO, 1932, p. 16) que ultrapassa sem dúvida os domínios da lenda, mesmo referindo-se não à data da liquidação da Casa Carruthers, mas a 1850, em que começam as suas iniciativas públicas.

**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS**

www.faroeditorial.com.br



CAMPANHA

Há um grande número de pessoas vivendo com HIV e hepatites virais que não se trata. Gratuito e sigiloso, fazer o teste de HIV e hepatite é mais rápido do que ler um livro.

FAÇA O TESTE. NÃO FIQUE NA DÚVIDA!



**ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM
JANEIRO DE 2024**